

10/04/2014 - ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO E CIENTÍFICO (CDC) DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TERAPIA FAMILIAR (ABRATEF) EM RECIFE - APETEF

Ata para aprovação no próximo encontro do CDC em São Paulo, dia 21 de julho de 2014.

No dia 11 de abril de 2014, às 13h15min, HOTEIS PERNAMBUCO – PARK HOTEL, na Rua dos Navegantes 9 em Boa Viagem, inicia-se a quarta reunião do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF, gestão 2012-2014, tendo como coordenadora Cynthia Ladvoat e secretárias Angela Baiocchi da ATFAGO e Vera Risi da ATF-RJ. Cynthia Ladvoat abre a reunião com a leitura da pauta:

PAUTA:

- Abertura, verificação do quorum e assinatura de presença dos conselheiros;
- Aprovação da ata da reunião ocorrida em Goiânia, em setembro de 2013;
- Leitura e aprovação da pauta;
- Apresentação e pré-aprovação dos relatórios das Comissões;
- Organização da 5ª e última Reunião do CDC em São Paulo em julho de 2014, com a conclusão do trabalho das comissões;
- Apresentação de notícias da Diretoria Executiva da ABRATEF e do XI Congresso Brasileiro de Terapia Familiar;
- Informes e questões das Associações Regionais;
- Informes sobre demissão de conselheiro da ACOTEF;
- Assuntos gerais
- Auto-avaliação do trabalho da quarta e penúltima reunião do CDC 2012-2014.

O presidente ABRATEF Marcos Naime Pontes (APTF); a coordenadora do CDC Cynthia Ladvoat (ATF-RJ), a secretaria do CDC Angela Baiocchi (ATFAGO) e a secretaria do CDC Vera Risi (ATF-RJ), e mais os conselheiros da AGATEF:

Helena Hintz com procuração de Mara Lúcia Rossato, Helena Centeno Hintz com procuração de Maria de Fátima Rosa, Suely Teitelbaum, Ieda Dorfman com procuração de Mara Lúcia Rossato, da AMATEF: Eliane dos Santos Alves; da APETEF: Edna Malheiros; da APRTF: Daniela Bertoncello de Oliveira, Rachel Meleipe Tardin; da APTF: Rosana Galina, Eliete Belfort Matos, Marcia Volponi; da ARTEFBA: Vânia Barth Portnoi; da ATFAGO: Fernanda Machado, Enio Paranhos; da ATEFES: Daniela Reis e Silva, Rita de Cássia Chagas Rodrigues; da ATF-MS: Maria Helena Coelho; da ATF-RJ: Maria Cecília Veluk Baptista, Suely Engelhard. Participaram também os associados titulares: Carlos Prado (AGATEF), Ruth Lass (APRTF), Sandra Colombo (APTF), Fernanda Lima (APETEF), Adelaide Vargas (AMATEF) e Vania Castilho (ARTEF-BA)

Aprovada a ATA anterior por unanimidade.

Marcos Pontes inicia a reunião solicitando aos coordenadores que apresentem os resultados dos trabalhos das comissões.

Rosana Galina como coordenadora da Comissão de Formação apresenta o relatório desta Comissão, porém diz que ainda será submetido aos membros da sua comissão, pois não conseguiram discutir online. Rosana lê os tópicos levantados em sua comissão a seguir:

COMISSÃO DE FORMAÇÃO

Relatório final Comissão de Formação do Conselho Deliberativo - e Científico - CDC da Associação Brasileira de Terapia Familiar – ABRATEF – gestão 2012 - 2014

- Membros pertencentes:

Edna Malheiros – APETEF

Eliane Alves – AMATEF

Elizabeth Polity – APTF

Maria Fátima Rosa – AGATEF

Rosana Galina – APTF – coordenadora

Suely Engelhard – ATF – RJ – secretária.

- Reuniões realizadas: uma na primeira reunião do CDC

- Discussão por email – apenas uma com a participação de Eliane Alves.

- Avaliação quanto ao formato das reuniões

A característica principal dessa gestão do CDC foram as discussões em grande grupo. O trabalho no formato de divisão em comissões está em avaliação, pois essa forma de reunião não se configurou eficiente. Durante os dois anos mantivemos a pauta de discussão de temas sempre em grupo.

Ainda quanto ao formato essa gestão formatou o regimento interno da Comissão de Formadores que até o momento não existia. O Dr. Daniel Mizziara, advogado especialista em documentação adequou as considerações gerais que havia na pasta da comissão em formato de regimento

- Avaliação quanto ao conteúdo das reuniões do CDC

O tema formação do terapeuta foi sempre pano de fundo de todos os encontros. Buscou-se sempre a coerência entre se definir quem poderia fazer a formação e os princípios básicos de nossa profissão que é o exercício da complexidade e a inclusão do novo. Buscou-se ainda a distinção entre formação e especialização ficando cada vez mais claro que os Institutos Formadores se comprometem a oferecer aos alunos uma grade curricular que lhes permita o desenvolvimento de uma nova profissão. Nenhum instituto tem a pretensão de especializar profissionais de nenhuma área de graduação específica. Ficou, portanto duas grandes questões a serem observadas: O Instituto acredita na formação que oferece? Será essa grande discussão sobre quem pode fazer a formação apenas uma questão de defesa de mercado?

Esse tema levou o Encontro de Formadores a oferecer como pauta A Formação do Terapeuta, dividindo em diferentes eixos: A formação do terapeuta para o trabalho além da clínica; As múltiplas abordagens em terapia familiar – seu campo teórico e prático; Workshop – Momento do Formador – Revisitando a própria história. Foi um encontro interessante consistente e ampliou ao invés de fechar o campo da terapia familiar.

Outra questão no mínimo contraditória e que foi bastante discutida foi a queda de procura dos cursos de terapia familiar, versus critério de seleção. Novamente ponderou-se que o que é necessário é a ampliação do conteúdo dos cursos oferecidos e uma ampliação de eventos regionais para divulgação do campo.

Caminhamos sempre em direção a entender que: Cada Instituto é responsável pela formação que oferece e os critérios básicos sobre o conteúdo programático que oferecerá a seu candidato.

Quanto ao documento que estabelecia critérios mínimos para a formação e que deveria ser representativo dos terapeutas familiares do Brasil e que foi elaborado na gestão anterior, 2010 – 2012 definiu-se que São Paulo não se manifestou em sua maioria uma vez que a pesquisa aplicada foi perdida. Ainda foi definido que a reunião de passagem da coordenação do CDC foi feita de forma que não permitiu a leitura dos relatórios das comissões não sendo em consequência nenhuma prestação de contas das diferentes comissões aprovada em assembléia.

Ieda Dorfman como coordenadora da Comissão de Pesquisa faz a apresentação dos resultados:

COMISSÃO DE PESQUISA

OBJETIVO

Desenvolver a pesquisa e sua metodologia para estudo da Família e Terapia Familiar no Brasil, fazendo crescer esta especialidade.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO:

COORDENADORA: Ieda Zamel Dorfman (AGATEF)

SECRETÁRIA: Daniela Bertoncello de Oliveira (APRTF)

CONSELHEIRAS: Mara Lúcia Rossato (AGATEF); Maria Eveline Cascardo Ramos (ACOTEF-DF); Maria Helena Coelho (ATF-MS);

COLABORADORAS: Maria Beatriz Rios Ricci (AMITEF); Maria Luiza Dias (APTF); Mathilde Neder (APTF)

REGIMENTO INTERNO

CAPÍTULO I DAS COMPETÊNCIAS

Art. 1º – À Comissão Permanente de Pesquisa do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF compete:

Parágrafo Primeiro:

1 – Organizar discussões sobre temas relacionados à epistemologia, metodologia, ética, divulgação de resultados e outros ligados a realização de pesquisas em terapia familiar e áreas afins; - Fomentar o exercício da pesquisa utilizando a prática como uma das suas fontes. - Criar projetos de pesquisas, recrutando recursos, e escolhendo temáticas do interesse e necessidade dos afiliados da ABRATEF.

2 – Formar uma rede de comunicação entre os pesquisadores da ABRATEF;

3 – Congregar pesquisadores em terapia familiar e áreas afins, filiados a ABRATEF;

4 – Compartilhar com os membros da ABRATEF os resultados desses debates, com o intuito de viabilizar pesquisas em terapia familiar e áreas afins.

Parágrafo Segundo:

Promover, juntamente com a ABRATEF o Encontro de Pesquisadores que se realizará bi anualmente, no dia anterior à data do Congresso da ABRATEF e conjuntamente a ele. Para tanto, também compete a esta Comissão:

1 - Elaborar o projeto do evento e apresentá-lo a Diretoria Executiva da ABRATEF, doze meses antes da realização do evento;

2 - Elaborar o plano orçamentário e submetê-lo a aprovação da Diretoria Executiva da ABRATEF;

3 - Divulgar o evento entre os associados da ABRATEF;

4 - Exercer a Coordenação Geral do evento;

5 - Promover a viabilização técnico-científica e financeira do evento;

6 - Realizar a prestação de contas à ABRATEF e aos outros órgãos Financiadores se houver;

7 - Elaborar o relatório final do evento e apresentá-lo à Diretoria Executiva da ABRATEF;

8 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento; e

9 - Discutir e relatar, à presidência da ABRATEF e à coordenação do CDC, o andamento das atividades desta Comissão.

CAPÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO

Art. 2º: A Comissão Permanente de Pesquisa do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF será composta conforme o Regimento Interno do Conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF.

Art. 3º: A Comissão Permanente de Pesquisa do CDC da ABRATEF terá um coordenador indicado pelo coordenador do CDC, que manterá o CDC informado das atividades desenvolvidas por essa comissão, e discutirá com ele sobre a permanência de membros, colaboradores voluntários, dessa comissão, sem direito a voto.

CAPÍTULO III - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 4º – A Coordenação do CDC da ABRATEF será o Núcleo Central de Organização e Funcionamento dos casos omissos a este Regimento.

Em seguida Rachel Meleipe Tardin fala sobre os resultados da Comissão de Ética

- A Comissão de Ética do CDC tem como competência:
- Promover a reflexão e o debate da ética que norteiam a prática do ensino e prática da terapia familiar;
- Desenvolver uma consciência crítica e ética entre todos os associados da ABRATEF
- Zelar pela manutenção da ética e do material científico a ser divulgado em qualquer dos meios de comunicação da Entidade.
- A Comissão de Ética garantirá a manutenção dos objetivos da ABRATEF por meio do estabelecimento dos critérios e normas, publicando e utilizando o site da ABRATEF como forma de comunicação de suas ações.

COMISSÃO DO CONGRESSO (deixou arquivo com Vera) Estou enviando junto Rosana Galina apresenta notícias do Congresso atualizado, enviado pela Helena Maffei. Traz também o pré-programa do Congresso. Diz que esta Comissão já elaborou o regimento Interno e os temas, etc. Diz que há uma busca de respostas nos temas deste Congresso que se relaciona a necessidade de interlocução com o conhecimento compartilhado com outras áreas do saber. Apresenta os temas principais do Congresso e questões que surgiram na relação com os participantes do Congresso. Realça que há uma grande quantidade de trabalho para os organizadores do Congresso através de emails e outras mídias eletrônicas. Relata também sobre o contato com as regionais e os envios de trabalhos para as mesas representativas. Explica como será a apresentação de obras/livros para lançamento no Congresso.

Eliete Belfort diz que trabalharam em interação com todas as Comissões da ABRATEF. Acha que tiveram boa integração.

Marcos Pontes solicita colaboração a todos para maior divulgação do Congresso para mais Inscrições. Informa que a prorrogação de data para inscrição de trabalhos fez aumentar em 30% o número de inscrições. Diz que têm até o momento 581 inscritos sendo apenas 181 titulares. Diz que falta as Regionais atualizarem dados sobre associados junto à ABRATEF.. Diz que sente como motivo de "perda para ABRATEF nossa cultura desorganizada". Esclarece sobre detalhes do Congresso, local, levantamentos por Estado, etc.

Vania da Bahia sugere fazer formas alternativas de coffee break, como saquinhos com cereais e frutas secas. Sugere uma ONG de artesões da Bahia que fazem isso. Ruth Lass sugere que se divulgue as obras científicas dos palestrantes porque isso valoriza e atrai participantes para o Congresso.

COMISSÃO DE CRIAÇÃO E APOIO AS REGIONAIS E NÚCLEOS

Lilian Tostes, Helena Mello (APETEF) e Claudia Naglis (ATF-MS) representantes desta Comissão não estavam presentes no momento de apresentação dos trabalhos da Comissão. Enio da ATFAGO falou a partir do lugar de colaborador da Comissão. Disse que não foi possível fazer contato com os membros da Comissão. Afirma que ninguém o procurou e que como era novato na Comissão, esperava que alguém o procurasse, já que era uma Comissão com alguma trajetória. Marcos Naime Pontes, Rosana Galina, Cecília Valuk dizem que é lamentável que esta Comissão de tanta importância não esteja presente para apresentar seu relatório. Cecília diz que é um problema também político participar e se responsabilizar pelo trabalho com as Comissões. Acrescenta que não é uma tarefa meramente executiva, e que há um risco de que as comissões fiquem focadas neste aspecto meramente executivo e percam o deliberativo que é fundamental, segundo ela.

Eliane (AMATEF) lembra que sua regional precisou muito de apoio para se organizar e que teve ajuda de Lilian Tostes quando em visita para dar curso no seu Instituto.

Cynthia diz que é necessário fazer mudanças de acordo com as transformações do tempo e espaço atual. O movimento é contínuo dentro das Associações. Vera Risi lembra a necessidade de não se engessar. Marcos Naime pergunta se não é necessário se pensar em novo formato para as Comissões.

Rosana ressalta a iniciativa de Cynthia Ladvoat de reavaliar o CDC.

COMISSÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Não veio ninguém desta Comissão oficialmente. Marcos Naime relata que houve um Simpósio Internacional em São Paulo e que mobilizou os participantes desta Comissão.

Márcia Volponi (APTF) fala dos palestrantes do Simpósio Latino Americano

Ela afirma que tem 4 palestrantes estrangeiros que virão ao Congresso Brasileiro. Lembra que a professora Rosa Maria Macedo está trabalhando diretamente com este assunto em São Paulo. Lembra que estão confirmados professores do Chile, México, Cuba, Argentina, Paraguai e Medellín- Colômbia.

Marcos reafirma a importância destas parcerias com professores de outros países no sentido da colaboração e troca de experiências.

Ruth Lass (APRTF) diz que temos que repensar sobre Comissões. Ela lembra que "não podemos ter Comissões com uma só pessoa".

Márcia Volponi (APTF) afirma que "todos nós temos diferentes pedaços das histórias dentro da gente".

COMISSÃO DE ÉTICA

Rachel Meleipe Tardin diz que começaram elaborar desde 2012 os fundamentos para a criação do regimento desta Comissão. Inicialmente fizeram levantamento de pesquisa bibliográfica sobre o assunto. Depois em março de 2013 apresentaram o esboço do trabalho em reunião do CDC. Em setembro de 2013 apresentaram a definição da Missão e da Função desta Comissão. Disse que atualmente estão elaborando documento em forma de artigo para criar e divulgar a cultura do pensamento crítico que sustenta a ética em qualquer situação.

REGIMENTO INTERNO

A Comissão de ética constitui-se como parte do conselho Deliberativo e Científico da ABRATEF

e sua administração reger-se-á pelo Regimento Interno aprovado na reunião do CDC.

CAPÍTULO I – Da Competência

Artigo 1º - A Comissão de Ética do CDC tem como competência:

- a) Promover a reflexão e o debate sobre os princípios éticos que norteiam a prática do ensino e prática da terapia familiar;
- b) Desenvolver uma consciência crítica e ética entre todos os associados da ABRATEF;
- c) Zelar pela manutenção dos princípios éticos e científicos do material a ser divulgado em qualquer dos meios de comunicação da Entidade.

Artigo 2º - A Comissão de Ética garantirá a manutenção dos objetos da ABRATEF por meio do estabelecimento dos critérios e normas deste regimento, publicando e utilizando o site da ABRATEF como forma de comunicação de suas ações.

CAPÍTULO II – Da Composição

Artigo 3º - A Comissão de Ética será composta por:

I – Um representante do CDC da ABRATEF na função de coordenador desta Comissão e uma equipe de colaboradores advindo das associações regionais com direito a voz e voto, devendo dois serem membros do CDC;

Artigo 4º - É função do Coordenador:

- a) O Coordenador da Comissão deverá indicar um membro da Comissão para secretariar os trabalhos;
- b) O Coordenador terá a função de congregar o grupo de colaboradores para a realização de encontro intra-comissão em intervalos regulares;
- c) O Coordenador deverá acompanhar e articular as atividades distribuídas entre a comissão;
- d) O Coordenador deverá articular a Comissão com os objetivos do CDC e conseqüentemente da ABRATEF.

Artigo 5º - É função do secretário:

I – Elaborar o relatório das atividades da Comissão para ser apresentado e entregue nas reuniões do CDC, manter em dia correspondências, atas e elaboração de relatórios finais ao termino de sua gestão.

II – Os demais membros da comissão tem como função participar das reuniões, assumir atividades que lhe foram delegadas e viabilizar a comunicação intra-comissão com efetiva responsabilidade.

CAPÍTULO III – Do Funcionamento

Artigo 6º - A comissão de ética reunir-se-á extraordinariamente, por convocação da Diretoria ou do seu Coordenador, ou a requerimento por metade mais um de seus membros.

Artigo 7º - O local das reuniões da Comissão de Ética será discutido e votado ao final da reunião anterior.

Artigo 8º - Na ausência ou impedimento do Coordenador da Comissão, deverá assumir a coordenação da reunião o secretário da mesa, que conduzira os trabalhos com o auxílio de um dos participantes da reunião.

Parágrafo Único – Caso ausência ou impedido o secretário, eleger-se-á um coordenador e um secretário, no início da reunião.

Artigo 9º - As matérias a serem submetidas a estudos da Comissão de Ética serão encaminhadas ao coordenador que efetuará sua análise, justamente com seus pares.

CAPÍTULO IV – Das Disposições Finais

Artigo 10º - Os membros da Comissão de Ética em nenhum tempo ou lugar poderão receber qualquer remuneração ou realizar despesas em nome da ABRATEF;

Parágrafo Único – A assembléia Geral da ABRATEF poderá acrescentar modificar e substituir em parte ou em todo o presente documento.

Artigo 11º - Assinam este documento a Coordenadora e secretário da Comissão de Formação, os Representantes das Regionais e o Presidente da Diretoria executiva da ABRATEF biênio 2012/2014 conforme identificados abaixo:

COMISSÃO EDITORIAL

Relatório da Comissão Editorial do CDC da ABRATEF Gestão 2012/2014

Helena Centeno Hintz – coordenadora; Daniela Reis e Silva e Vera Risi

A Comissão Editorial durante a gestão 2012/2014 tinha como objetivo preparar a publicação de duas revistas. Este objetivo não pode ser cumprido integralmente, uma vez que a revista online 2013 não pode ser editada, devido ao baixo número de artigos recebidos, foram somente quatro artigos enviados. A edição correspondente ao ano de 2014 deverá ser publicada de forma impressa

e distribuída aos participantes durante o XI Congresso Brasileiro de Terapia Familiar, que será realizado de 20 a 24 de julho de 2014.

Atualmente temos sete artigos, o que é considerado um número adequado para a edição impressa. Helena lembra que para indexar a revista é preciso de periodicidade.

Devido ao exposto, o trabalho da Comissão não pode ser totalmente realizado, o que lastimamos, uma vez que a Revista ABRATEF é um excelente veículo de divulgação da Terapia Familiar no Brasil, assim como também divulga o trabalho dos profissionais que se dispõem a escrever sobre o mesmo.

Daniela e Helena lembram que a produção da revista é trabalhosa e exige tempo. Lembram que os artigos são revisados, reenviados e novamente revisados e que este processo exige muita responsabilidade e trabalho.

Helena lamenta que este é um meio de divulgação científica muito apreciado, mas que "há um desprestígio...".

Suely lembra que há uma valorização para a revista on line, mas que mesmo assim "...os terapeutas de família não têm enviado seus artigos". Ela frisa que houve uma grande mobilização por parte de Daniela Reis e Vera Risi para estimular o envio de artigos.

Marcos Naime fala que houve problema para colocar as edições 1 e 2 no site da ABRATEF porque há um diagnóstico sobre o peso do programa que o transformou em pdf e que isto está sendo revisto.

Marcos Pontes fala sobre o a importância das regionais estarem em dia com o pagamento à ABRATEF. Informa que a ACATEF está passando por um processo de reavaliação para decidirem se a regional irá fechar ou será reativada e que a AMITEF realizou o Encontro Mineiro com a participação de aproximadamente 60 pessoas, mas que mesmo assim não há interesse da nova geração em assumir a Regional e pensam neste momento em fechar a regional.

Vânia Barth fala da dificuldade de se manter, pois há um desinteresse e uma evasão completa do associados. Vania ainda complementa da importância da legitimação da profissão de terapeuta familiar. Marcos Pontes sugere a criação de uma comissão para pensar sobre esse assunto. Que possa ver com o Ministério de Educação ou o Ministério do Trabalho para criar a profissão.

Cecilia V. Baptista ressalta que os cursos de especialização e Pós graduação não profissionaliza o que profissionaliza é a graduação. Rosana Galina fala que o papel da ABRATEF não deve ser de legislar e sim como iluminador de caminho e garantir o pertencimento. Prado fala que tem acompanhado muito sobre este tema. Antigamente as pessoas buscavam formação e informação pra trabalhar. Maria Helena Coelho relata a desistência dos alunos do seu curso de Formação em Terapia Familiar e quase leva ao fechamento da sua Regional.

Angela Baiocchi informa que em Goiânia estão em uma etapa de estruturação do curso novo da sua instituição e percebe que quem cobra a maior carga horária do curso de especialização é a ABRATEF que é maior que a exigida pelo MEC. Ela acrescenta que dentro da perspectiva de diferentes instituições que evoluem seu foco de trabalho a partir do pensamento sistêmico no trabalho com famílias, já se produzem cartilhas pelo Ministério Público, o que nos leva a perceber que nossas formações multiplicaram o conhecimento e se ampliaram para diferentes contextos.

Ressalta também que o curso de Mediação que é dado no CNJ (Conselho nacional de Justiça) tem um programa que é todo de terapia familiar sistêmica. Marcos Pontes fala de alegria de a ABRATEF estar gerando novas formas de conhecimento gestando outros cursos.

Cecília Veluk, Rosana Galina explicam que pós graduação e especialização têm diferenças e que a ABRATEF não legisla sobre instituições particulares. Cecília diz que ABRATEF deve se priorizar pelo pertencimento e não pelo controle normativo. Prado diz que nestes 20 anos a ABRATEF mudou muito. Diz que os Institutos faziam formação de competências, e pergunta também: "... o que estão fazendo agora?" Ele acredita que a Política de Estado trouxe muita gente para atividades com famílias e os institutos privados forma ficando enfraquecidos porque não davam garantias para acesso de carreira, nem para concursos ou trabalho com políticas públicas.

Ada reafirma, acrescentando que é necessário oficializar o ensino que oferecemos. E se o caminho ainda é a via parceria com Universidades ou faculdades, então este é o caminho.

COMISSÃO DO HISTÓRICO

Não compareceu nenhum representante desta Comissão.

Marcos Naime passa a fazer comentários sobre questões do relacionamento do associado e ABRATEF. Diz que nota um enfraquecimento. Vânia Castilho diz que também tem enfrentado

problemas com evasão tanto da clínica social quanto de outras atividades, salienta que a união está frágil e que é difícil entrelaçar pessoas. Marcos Naime lembra que precisamos buscar respostas para a crise de pertencimento.

Cynthia Ladvoat inicia o segundo dia de reunião falando sobre sua preocupação com o possível fechamento de regionais importantes (Santa Catarina e Minas Gerais). Passamos a discutir as questões da Comissão de Estatuto e organizar os itens que atendam as nossas necessidades atuais. O próximo passo para ser reavaliado seria o regimento interno pois tem coisas que precisam ser ajustados. Cynthia Ladvoat propõe aprovar algumas mudanças. Passamos a parte de apresentação das regionais:

APRTF

Daniela Relata as atividades da sua regional, os eventos e a clínica social..Workshop internacional com Teresa Arselloni. Fala sobre o planejamento estratégico para divulgação do Workshop. Informa sobre o programa pagseguro da Uol que facilitou as inscrições para seus eventos.

AMATEF

Eliane apresenta e fala sobre a importância do CDC e o Simpósio acontecido em sua Cidade deu visibilidade a terapia de família. Lembra que pessoas que estavam desligadas estão retornando a Regional. Como diretora de comunicação a partir de uma Jornada da AMATEF irão sortear o inscrição e passagem para o CONGRESSO BRASILEIRO

APTF

Marcia Volponi fala do acolhimento em relação aos participantes do Congresso e pede para as regionais pegarem material para divulgação. Fala do V Fórum de Reflexão realizado em dezembro de 2013 e outros eventos da regional. Diz que a regional está crescendo em números de associados e tem feito parcerias com entidades diferentes.

ATEFES

Daniela fala da dificuldade de manter a regional no mesmo ritmo pois estão cansadas não fizeram nenhum evento continuam com alguns programas. Por conta da quantidade de suicídios nas pontes de Vitória e divulgados pela imprensa da pior forma entrou como uma ação ????

AGATEF

Ieda Dorfman tem como característica sempre na sua diretoria algum membro de instituto formador.

Fala dos eventos que a regional realizou. Lança a ideia de levar o próximo Congresso para o Rio Grande do Sul levarão as proposta para o Congresso de SP.

ATFAGO

Fernanda fala da importância do CDC e do Simpósio trouxe para a ATEFAGO que era uma antes e outra depois. Recebeu novos associados e houve maior interesse dos já associados. Da importância da clínica social que é feito em equipe. Parceria "oficina de pais" CNJ.

ATF-RJ

Vera Risi fala da ação da ATF-RJ na tragédia social ocorrida no Fórum do Tribunal de Justiça de Bangu. Da presença em Santa Maria, após 1 ano da tragédia da boate Kiss, oferecendo atendimento às famílias. Explica que estão realizando diversos programas externos como o programa de socorro às vítimas de incidentes críticos

Houve um intenso trabalho para revisar e reconsiderar o quadro de associados. Diz que estão incrementando com Café Científico, filmes e debates. Diz que uma das estratégias que tem sido interessante para a Diretoria são as reuniões por Skype. Estão preparando a comemoração do Dia

Internacional da Família dia 23 e 24 de maio com a nossa convidada Internacional Vanna Puviani (Itália). Estão realizando projeto de ação em escolas da rede pública e instituições como ADAMA de mulheres mastectomizadas.

ARTEF-BA

Não enviou representante oficial. Uma associada da entidade, Vania se expôs para explicar que a associação não teve recurso para enviar um representante no CDC. Diz que sente que estão precisando de apoio para crescer no sentido do coletivo. Cynthia diz que a ABRATEF se disponibiliza a ajudar qualquer Regional.

ATEFES

Daniela fala das dificuldades em manter a Associação com uma mesma Diretoria desde sua fundação. Relata sobre o trabalho do Grupo Ciranda que trabalha com Adoção. Explica dos projetos sobre Suicídio que é uma Campanha que ATEFES vai realizar junto com o CRP, pelo alto índice que se verifica naquela Cidade. Também diz que esta difícil fazer reuniões e eventos pelo baixo numero de participantes.

AGATEF

Ieda diz que os temas dos Comitês da Associação em 2014 foram Diversidade sexual e álcool e drogas. Realizaram Simpósio sobre Mulher na Atualidade e Work Shop Internacional. Relata a participação da AGATEF na tragédia da boate Kiss. Houve envolvimento no atendimento às famílias. Fala que também enfrentam crise de pertencimento e participação e fala também sobre crise pelo momento do país. Diz que pretende levar o próximo Congresso para porto Alegre.

APETEF

Edna diz que o Simpósio realizado por ocasião da reunião do CDC reuniu 130 participantes. Fala que é bem forte a luta para agregar os associados.

Marcos Pontes propõe que os conselheiros mudem de lugar para falar sobre a Comissão de Estatuto. Maria Cecília V. Baptista apresenta as alterações que são colocadas em votação item por item. Cynthia comunica que Marlene Marra da ACOTEF enviou comunicado escrito para se desligar do CDC como representante da ACOTEF.

COMISSÃO DE ESTATUTO E REGIMENTO INTERNO DA ABRATEF

Maria Cecília Baptista (ATF-RJ) - coordenadora

REVISÃO DO ESTATUTO APROVADA NO CDC EM 12/04/2014 COM 22 Membros do CDC Presentes.

Art.1º - A Associação Brasileira de Terapia Familiar, com a sigla ABRATEF, com o subtítulo: Estudos e Práticas Multiprofissionais com Famílias, fundada em 31 de julho de 1994, é uma Associação, de âmbito nacional, de fins não lucrativos, que se rege pelo presente Estatuto e pelas disposições legais aplicáveis.

Art. 2º – A Associação Brasileira de Terapia Familiar – ABRATEF tem a finalidade de congregar os profissionais de Terapia Familiar e das áreas biopsicossociais, que trabalham em diferentes contextos, com práticas familiares em diversas abordagens, e que estejam vinculados em quadro associativo nas Regionais que dão corpo e significado à ABRATEF ; com os seguintes objetivos:

- a) Promover a aproximação e intercâmbio entre especialistas e Entidades voltadas ao estudo e à pesquisa dos conhecimentos relativos à Terapia Familiar e as múltiplas práticas com famílias;
- b) Colaborar na criação de Regionais mediante estímulo e assistência;
- c) Promover a realização de seminários, reuniões, debates culturais e científicos da Terapia Familiar e das múltiplas práticas com famílias, visando ao aprimoramento técnico dos associados e à divulgação de trabalhos científicos, teóricos e técnicos, nacionais e internacionais e, em especial, a cada dois anos, do Congresso da ABRATEF;
- d) Incentivar a formação de especialistas em terapia familiar e nas múltiplas práticas com família, dentro do máximo rigor ético e científico;
- e) Propor e defender medidas de apoio e incentivo às Regionais, consoante os interesses de estudo, pesquisa e prática com famílias;

- f) Informar e esclarecer a Comunidade sobre os princípios da ABRATEF, destacando as vantagens da Terapia Familiar e das múltiplas práticas com famílias para a coletividade;
- g) Promover a publicação de revistas, boletins e congêneres para a divulgação de trabalhos científicos da Terapia Familiar e das múltiplas práticas com famílias.

Capítulo I – Dos Associados

Parágrafo Quinto: As categorias básicas de Associados são comuns a todas as Regionais, podendo criar a ABRATEF e as Regionais novas categorias de associados, desde que respeitados os fins deste estatuto.

Capítulo III – Da Organização e da Competência

Art. 11º- A Assembléia Geral é a instância soberana da ABRATEF nos limites da lei e deste Estatuto, com poderes para resolver todos os assuntos relativos às suas finalidades associativas, decidindo, deliberando, aprovando, ratificando ou não, todos os atos sociais, apresentados pelo Conselho Deliberativo Científico e pela Diretoria Executivas da ABRATEF

Art. 13 – À Assembléia Geral Ordinária compete:

- a) Votar na escolha da nova diretoria executiva da ABRATEF, entre as chapas apresentadas, a cada dois anos;
- b) Reconhecer e dar posse aos membros da Diretoria Executiva e conselheiros da Regional eleitos para sediar e representar a ABRATEF;

Art. 14 – A Diretoria Executiva é constituída pela diretoria regional que for eleita na Assembléia Geral Ordinária da ABRATEF, com mandato de dois anos para sediar o próximo congresso; é o órgão executor das deliberações encaminhadas pelo Conselho Deliberativo Científico e/ou pela Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária da ABRATEF.

Art. 16 – À Diretoria Executiva compete:

- e) Elaborar propostas de alteração do Estatuto e do Regimento Interno, quando necessário;

Capítulo IV – As Regionais compete:

Congregar e associar os profissionais, de seu estado, das áreas biopsicossociais, que trabalham em diferentes contextos, com práticas familiares em diversas abordagens ou que tenham interesse na terapia de família; com os seguintes objetivos:

- a) representar a ABRATEF em seus respectivos estados de acordo com suas finalidades estatutárias

- e) informar a ABRATEF os dados dos associados regionais, em suas categorias;

- f) repassar anualmente percentual da anuidade do pagamento de seus associados, à ABRATEF, definido no regimento interno.

Parágrafo Único: o não cumprimento, de forma continuada por mais de dois anos, desta disposição, pode levar a exclusão da regional, por decisão do Conselho Deliberativo Científico e referendada em Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.

Capítulo V – Das Eleições da Diretoria Executiva, do Conselho Deliberativo e Científico e do Conselho Fiscal –

Art. 34 – São despesas da ABRATEF:

- a) As correspondentes aos encargos fixos, administrativos e gerais, relativas à sua manutenção e dos serviços básicos permanentes; no que exceder às despesas regulares de manutenção da Regional que sediar a ABRATEF;

Art. 38 – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo e Científico “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária ou Extraordinária.

OBSERVAÇÃO GERAL:

1ª) Retirar a palavra associação antes de regionais de todo estatuto incluindo a Art. 23, das letras a /d/g e no mesmo artigo no parágrafo primeiro;

2ª) NÃO USAR SIGLAS (CDC; DE; AGO; AGE), com exceção de ABRATEF.

ASSUNTOS GERAIS:

Ada Pelegrini diz que todas as áreas profissionais humanas, sociais, e outras podem ter interesse pela área de TF. Prado diz que está preocupado com a mudança de Estatuto da ABRATEF e que a formação ampla pede revisão da titularidade que se dará para pessoas que são de outra área e vão trabalhar com famílias. Rosana sugere que cada Instituto deve fazer a definição de quem deve receber. Diz que a grade deve ter a capacidade de formar cada área. Profissionais de interesse jurídico, educacional, comunitário, clínico, etc. A formação é que vai definir e a regional recebe aquilo que é definido pelo instituto. Eliete diz que deve ter uma maior organização das falas e

participações para organizar a fala. De forma sequencial. Helena Hintz diz que é preciso organizar o termo a ser dado às praticas multiprofissionais. Cecilia faz uma leitura do estatuto antigo da ABRATEF afirmando que estas questões são respondidas e atendem estas duvidas. Sueli diz que se a pessoa fez o curso é titular. Não importa sua graduação. Eliane lembra que pode trazer duvidas sobre a determinação dos Conselhos. Sueli colabora para esclarecer que isso e de alçada dos Conselhos Profissionais. Não compete às especializações em TF resolver a atuação profissional. A formação deve esclarecer sobre isso. Ieda diz que nos podemos fortalecer uma confusão. As pessoas podem sentir-se capazes de fazer terapia e não apenas consultoria ou orientação biopsicossocial. Angela pergunta se tem alguma sugestão, por exemplo, dar títulos diferentes para cada categoria de formação. Rosana diz que este debate está antigo e é preciso terminar. A gestão inteira foi envolvida por este assunto em todas as reuniões do CDC. Cecilia diz que somos associação. Nossa competência é limitada. Não precisamos nos responsabilizar por tudo que as pessoas vão fazer com o conhecimento. E que cada instituto formador deveria ter responsabilidade para dar títulos. Maria helena de MTS diz que no Instituto dela tem contrato sobre o que é de responsabilidade da formação e o que é responsabilidade do formando. Prado diz que esta discussão esta milenar. Ele diz que nos engessamos e nos estreitamos no papel que acreditamos ser o terapeuta familiar. Diz que agora é hora de rever e ampliar. Então vamos incluir outras práticas. Precisamos ir nisso ate o fim. Ampliar a base do que entendemos ser associado. Associado colaborador é colaborador. Precisamos ser coerentes, temos que ter categorias de sócios nos nossos estatutos em que contemplem novas categorias. Por exemplo, ao invés de associado titular, criar associado terapeuta familiar e associado de profissionais que trabalham em diferentes contextos. Sueli E. Diz que tem outra sugestão todos terem categoria de associado Reduzi para titular quem tem titulo e Aspirante para quem esta estudando. Cynthia diz que nos não temos competência para regular a prática profissional, e sim os conselhos regionais, como já está inclusive claro no estatuto da ATF-RJ. Helena Hintz diz que nos precisamos criar categorias. Ieda reafirma a importância do contrato. Ela acha que isto pode ser uma proteção para o Instituto. Marco diz que precisamos manter nossa força ao afirmarmos nossa capacidade de manter a rede interligada, respeitando a diversidade com todas as áreas. Cynthia diz que podemos incluir um subtítulo na marca ABRATEF, mas não mudar a razão social. Ada lembra que tem que rever nossas crenças sobre identidade de TF. Eliete diz que é valido discutir, mas que não temos como responder tudo. Diz que Institutos têm autonomia. E que todos querem fazer uma boa formação. Diz que concorda com certo preciosismo. Diz que vamos ter dificuldade de atender todas as questões, mas que podemos ir ate uma parte do problema. Então sugere fazer o mínimo. Sueli E. Diz que é bom fazer o mínimo, porque não temos o ideal ainda. Cecilia diz que há muita tensão sobre isso. E sugere fazer as mudanças possíveis agora, passo a passo. Lembra que durante o percurso de sua Comissão ninguém apresentou sugestões, mas que nas reuniões as tensões aparecem. Daniela diz que precisamos fechar porque esta gestão da ABRATEF esta em reta final e precisamos terminar esta parte e deixar para a próxima a continuidade da discussão.

Todos os itens foram votados e aprovados por unanimidade.
Próxima reunião do CDC 21 de julho às 8h. São Paulo.

A reunião do CDC é encerrada às 14 horas, conforme previsto.

Cynthia Ladvoat
Coordenadora do CDC

Angela Baiocchi
Secretária do CDC

Vera Risi
Secretária do CDC